



ADOLESCÊNCIA E SOFRIMENTO EMOCIONAL NA ATUALIDADE

LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO
(Organizadora)



SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
2018

REALIZAÇÃO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

ADOLESCÊNCIA E SOFRIMENTO EMOCIONAL NA ATUALIDADE

LABORATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E PSICOLOGIA CLÍNICA SOCIAL

São
Paulo

E BOOK (13.: 2018: São Paulo) Leila S P C Tardivo (organizadora). ADOLESCÊNCIA E SOFRIMENTO EMOCIONAL NA ATUALIDADE.- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018

In, 2018

Inclui bibliografia.

ISBN: **978-85-86736-93-3**

1. Psicologia clínica 2. Psicologia Social 3. Adolescência

4. Clínica I. Título.

RC467

**ADOLESCÊNCIA(S), HOMOSSEXUALIDADE(S) E CIDADANIA:
REFLEXÕES SOBRE AS *JUVENTUDES DIVERSAS***

Yurín Garcêz de Souza Santos

Wanderlei Abadio de Oliveira

Marta Angélica Iossi Silva

Iara Falleiros Braga

Érika Arantes de Oliveira-Cardoso

Eduardo Name Risk

Vinícius Alexandre

Zeyne Pires Scherer

Manoel Antônio dos Santos

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP

Resumo

O objetivo do presente estudo é apresentar uma discussão acerca da(s) homossexualidade(s) na(s) adolescência(s) e seus impactos sociais e subjetivos na vida daqueles(as) que não se enquadram em padrões socialmente estabelecidos em termos de orientação sexual. Propomos designar esses(as) adolescentes e jovens como pertencentes a uma coletividade que denominamos de *juventudes diversas*. Argumentamos que tanto o conceito de homossexualidade(s) quanto de adolescência(s) são construções sociais marcadas por balizadores histórico-culturais, diferindo de acordo com as épocas e os contextos culturais. Historicamente, o discurso biomédico contribuiu para a sedimentação de uma visão da adolescência como período do desenvolvimento humano compreendido por um intervalo temporal mais ou menos delimitado entre a infância e a vida adulta. Do ponto de vista psicológico, a adolescência é compreendida como uma etapa marcada por experimentações no que diz respeito às expressões das sexualidades e dos gêneros. Assim, adolescentes e jovens que não se enquadram em um modelo heterocentrado e heterossexista em termos afetivo-sexuais encontram-se em posição mais vulnerável em

comparação com os sujeitos que se identificam como heterossexuais, devido aos efeitos de dispositivos de controle extremamente ativos e coercitivos, como a homofobia e o “armário”. Concluímos que os contextos familiar e escolar apresentam-se como espaços de institucionalização e reprodução dos preconceitos frente àqueles(as) que não são contemplados(as) pela norma heterossexual, o que representa um fator adicional de vulnerabilidade em uma fase do desenvolvimento já marcada por enfrentamentos específicos e pela tarefa desenvolvimental de consolidar a individuação e conquistar a autonomia relativa dos pais. Diante desse cenário, a Psicologia deve contribuir para a construção de espaços comunitários que promovam a valorização das diferenças como parte inegociável do pacto civilizatório, favorecendo assim a ampliação das possibilidades de ser e existir de todos(as) aqueles(as) que pertencem às juventudes diversas, entendendo a garantia do bem-estar no exercício da sexualidade como parte do patrimônio coletivo de direitos inalienáveis da cidadania.

Palavras-chave: Homossexualidade; Adolescência; Homofobia; Saúde do adolescente; Saúde mental.

Introdução

O objetivo do presente estudo é apresentar uma discussão acerca da(s) homossexualidade(s) na(s) adolescência(s) e seus impactos sociais e subjetivos na vida daqueles(as) que não se enquadram em padrões socialmente estabelecidos, especialmente em termos de orientação sexual. A partir do exame da produção científica que aborda esse tema, embora relativamente escassa, nosso propósito é apresentar a relevância dessa discussão, levando-se em consideração o período do desenvolvimento humano que se apresenta, sobretudo modernamente, como espaço privilegiado de construção de possibilidades de ser no mundo. Ademais, espera-se circunscrever a pertinência dessa discussão no cenário brasileiro, especialmente na perspectiva da clínica psicológica (Toledo & Pinaf, 2012), à luz do recrudescimento do conservadorismo observado nos dias de hoje em nosso país.

O conceito de homossexualidade, tal qual o concebemos nos dias de hoje, é historicamente construído e datado (Adelman, 2000; Costa, 1995; Foucault, 1999; Tavares, Souza, Ferreira, & Bomtempo, 2010). O termo, utilizado pela

primeira vez em um panfleto produzido por Karl-Maria Kertbeny, em 1869, objetivava denunciar e protestar contra uma lei antissodomia em voga, à época, na Prússia. Apropriado pela sexologia, em 1886, a partir da publicação do livro *Psychopathia sexualis*, do psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing, o termo “homossexualidade” serviu de referência para médicos e juízes nomearem as ditas perversões sexuais, passando a ser empregado a partir de então para designar personalidades que passaram a ser entendidas como anormais (Nardi, 2013).

Essa concepção, que catalogava e condicionava as práticas sexuais não procriativas à marginalidade, permaneceu referenciada como patologia e desvio até o fim do século passado, quando, em 1973, foi finalmente excluída do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). O Conselho Federal de Medicina (CFM) brasileiro, ainda que com considerável atraso, em 1985, também retirou a homossexualidade do lugar patológico que ocupava e a Organização Mundial da Saúde (OMS) seguiria o mesmo caminho em 1993 (Sampaio & Germano, 2014). É importante destacar, contudo, que, ainda que tenha existido uma transformação no entendimento a respeito do conceito de homossexualidade a partir dos posicionamentos das instituições supracitadas, no senso comum, de acordo com Connell (2005) e García (2007), ainda permanecem as concepções cristalizadas e estanques que associam a não heterossexualidade à promiscuidade, ao desvio, à anormalidade e, no limite, justificam o ódio e a desumanização que são dirigidos à alteridade.

Tanto as homossexualidades quanto as adolescências são construções sociais delimitadas por marcadores relacionados a períodos históricos e contextuais específicos (Moreira, Rosário, & Santos, 2011). A(s) adolescência(s) é/são, *per se*, uma fase do desenvolvimento humano marcada por transformações físicas, psicológicas e sociais acentuadas, que tornam os sujeitos, à essa altura da vida, mais vulneráveis e sensíveis aos problemas da vida cotidiana (Sanchez, & Minayo, 2004).

Como vimos, a(s) adolescência(s) também se apresenta(m) como construção balizada por marcadores socioculturais que se diferenciam, em termos de significado e concepções, de acordo com períodos históricos determinados (Moreira et al., 2011). Nesse sentido, segundo Pinheiro (2006), no Brasil, até metade do século XX tanto a infância quanto a adolescência eram

compreendidas como objetos de proteção e controle, havendo outros períodos e outros cenários que atribuíam um valor idealizado à adolescência, sobretudo no que se refere a vitalidade da juventude e à valorização da beleza como trunfo individual.

Contemporaneamente, de acordo com Khel (2004), convencionou-se referir à adolescência como um período do desenvolvimento humano compreendido em um intervalo mais ou menos delimitado entre a infância e a vida adulta. Entretanto, tal delimitação cronológica se mostra fluida e insuficiente, na medida em que diferentes marcadores estabelecem diversas idades e configurações para se harmonizarem com a definição. A OMS, por exemplo, considera a adolescência como o período etário compreendido entre os 10 e os 19 anos de idade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez, define a adolescência como o período compreendido entre os 12 anos completos e os 18 anos incompletos (Fontenele, & Miranda, 2017).

Independentemente da concepção adotada, contudo, fato é que a adolescência se apresenta, em geral, como um período de experimentação, especialmente no que se refere às expressões das sexualidades e dos gêneros (Taquette, & Rodrigues, 2015). No presente estudo propomos designar os(as) adolescentes e jovens que não se enquadram nos padrões heteronormativos como pertencentes a uma coletividade que denominamos de “juventudes diversas”. Em uma sociedade marcada pela entronização e naturalização da heterossexualidade, e pela conseqüente marginalização de práticas e subjetividades que não estejam alinhadas a esse quadro normativo, que dita o que é aceito e esperado dos sujeitos em termos de vivências afetivo-sexuais, a discussão sobre os possíveis entrelaçamentos de questões relacionadas à diversidade com que são vividas as adolescências e homossexualidades parece ser um ponto crucial para se pensar a promoção de condições que favoreçam o bem-estar subjetivo e as possibilidades de ser e existir daqueles(as) que não se reconhecem enquanto heterossexuais (Murasaki, & Galheigo, 2016).

Assim, cabe a reflexão sobre os diferentes marcadores sociais da diferença que se colocam diante de questões relativas ao desenvolvimento humano, nesse caso, as adolescências na interface com a diversidade de orientações sexuais e de identidades de gênero. Diferentes condições socioculturais, de raça, gênero e sexualidade parecem atravessar, de maneiras

distintas, aqueles(as) que não se enquadram em um padrão heteronormativo socialmente imposto, apresentando impactos sociais distintos sobre subjetividades também singulares, o que permite problematizar as adolescências como um período heterogêneo de experiências, vivências e possibilidades (Savin-Williams, 2005). Isso significa dizer que, a despeito das diferentes concepções de adolescências adotadas, existem, também, diferenças internas a esse grupo etário específico, performando, por consequência, possibilidades de ser igualmente distintas e específicas.

Vale ressaltar que, para Teixeira-Filho, Marretto, Mendes e Santos (2012), parece não existir, de forma inata, diferenças em termos de desenvolvimento psicossocial entre jovens, quando comparados em termos de orientações sexuais. Entretanto, a homofobia, como prática regulatória das identidades de gênero, dos desejos e das orientações sexuais, faz com que aqueles indivíduos que não se enquadram estritamente em um sistema heterocentrado e heterossexista (isto é, em um modelo de sociedade que afirma a heterossexualidade como natural e única forma legítima de expressão da sexualidade humana), experimentem trajetórias distintas em seu desenvolvimento em comparação com jovens heterossexuais.

A homofobia e o “armário” como dispositivos de controle das sexualidades

O termo *homofobia* é um neologismo criado pelo psicólogo norte-americano George Weinberg, a partir da palavra grega *phobos* (fobia ou medo) e o pseudoprefixo *homo* (igual; semelhante). Esse termo foi utilizado pela primeira vez no livro desse autor, intitulado *Society and the healthy homosexual*, publicado em 1969 (Weinberg, 1969). De acordo com Borillo (2016), a homofobia é um fenômeno complexo e variado, que designa a atitude de hostilidade, seja física, verbal ou psicológica, dirigida não apenas às pessoas homossexuais, mas a qualquer pessoa que aparentemente não se enquadre na norma heterossexual vigente em nossa sociedade.

Em termos acadêmicos, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1971 pelo psicólogo K. T. Smith, em artigo intitulado *Homophobia: a tentative personality profile*. O termo se referia, à época, à descrição de uma situação de incômodo e desconforto frente à presença física de alguém que se considerasse homossexual. Contemporaneamente, o termo é utilizado para especificar os

processos de violência física, verbal, simbólica e social dirigida às pessoas homossexuais (Teixeira-Filho, & Rondini, 2012). Assim, o termo pode ser entendido como medo ou descrédito frente àqueles(as) que se reconhecem ou são reconhecidos(as) como homossexuais, assim como diante de qualquer referência socialmente esperada para uma pessoa de determinado sexo, mas encontrada em uma pessoa socialmente vista como pertencente ao outro sexo.

Como consequência da homofobia, o medo da rejeição por parte dos(as) adolescentes que não se reconhecem como heterossexuais pode levar ao isolamento social e emocional, evasão escolar, uso e abuso de substâncias, transtornos alimentares, conflitos familiares, prostituição, depressão e até mesmo o suicídio (Taquette, Vilhena, Santos, & Barros, 2005). Nesse sentido, de acordo com Teixeira-Filho e Rondini (2012), a partir de estudo realizado com adolescentes entre 12 e 20 anos de idade, constatou-se que os jovens não heterossexuais apresentam maiores chances de pensarem ou tentarem suicídio em comparação aos jovens heterossexuais, sobretudo por questões relacionadas à homofobia. Seguindo essa linha de raciocínio, a homofobia também apareceu como fator associado ao aumento da possibilidade de infecção por HIV/Aids em adolescentes (Taquette, Rodrigues, & Bortolotti, 2015).

A homofobia apareceu como elemento revelador de experiências de preconceito em relações sociais, sobretudo na escola e na comunidade de inserção de jovens adolescentes (Fernandes, Oliveira, Ventura, Horta, & Daspett, 2017). Nesse sentido, a escola parece ser convocada, hoje em dia, a intervir no combate firme à homofobia (Altmann, 2013). Entretanto, ainda que seja possível a observância de aprofundamentos de discussão de questões relativas às normas e regras sociais no que diz respeito aos gêneros e às sexualidades em contextos escolares, a homofobia, por meio da disseminação de discursos de ódio, que estimulam injúrias e incentivam a destrutividade, parece ser prática institucionalizada de regulação social da diversidade sexual em contexto escolar (Teixeira-Filho, Rondini, & Bessa, 2011).

Além da homofobia, o “armário” também parece ser imposto como dispositivo de controle e regulação das sexualidades ditas dissidentes ou não hegemônicas. O termo “armário” é uma metáfora comumente utilizada para descrever a situação de uma pessoa homossexual que tem sua sexualidade não expressada e/ou não vivida publicamente. Mais do que isso, de acordo com

Sedgwick (2007), o “armário”, assim como a homofobia, não é uma característica que tem impacto apenas na vida de pessoas homossexuais, mas sobre todos os sujeitos, definindo, em termos de sexualidade, o que pode ser aceito e vivido publicamente, assim como o que deve ser proscrito ou ficar resguardado na privacidade. Para a referida autora, o “armário” é uma presença formadora constante e onipresente na constituição da subjetividade das pessoas que vivenciam sua sexualidade de maneira distinta à heterossexualidade.

Assim, o “armário” seria, na realidade, um regime de controle das sexualidades em suas diferentes expressões, instaurado por normas, nem sempre explícitas, na tentativa de manutenção de uma divisão binária hétero-homo que organiza o regime da sexualidade na sociedade ocidental. Nesse sentido, ficam caracterizados, também, os espaços públicos e privados, sendo o primeiro reservado à expressão heterossexual da sexualidade e o segundo imposto à homossexualidade (Sedgwick, 2007).

Nessa perspectiva, ainda que tanto a homofobia quanto o “armário” possam ser considerados dispositivos de controle das sexualidades, a relação entre esses fenômenos parece ser complexa e heterogênea, marcada por questões relacionadas aos eventos pessoais e à história de vida de cada sujeito, de forma que a decisão de “sair do armário” é pessoal e peculiar para cada um, sobretudo para adolescentes (Teixeira-Filho et al., 2012). O processo de *coming-out*, isto é, o chamado movimento de “sair do armário” e revelar publicamente sua orientação sexual não-heteronormativa, é um fenômeno que envolve transformações em aspectos tanto intra quanto interpessoais, que conduzem a um reconhecimento das homossexualidades (Pereira, & Leal, 2005).

De acordo com Teixeira-Filho et al. (2011), permanecer “no armário” está relacionado a sofrimento psíquico e a vulnerabilidades, dada a manutenção de um segredo, por vezes necessário e adaptativo, em uma sociedade marcada pelas manifestações mais cruas e violentas da homofobia. Nesse sentido, ainda que aqueles(as) que assumem publicamente sua sexualidade estejam socialmente mais propensos a serem alvos de violências suscitadas pela homofobia e estimuladas pela impunidade, de acordo com Castañeda (2007), aqueles(as) que assumem publicamente suas orientações sexuais – ou seja, que “saem do armário”, parecem estar menos propensos(as) a sofrerem agravos

psíquicos tais como depressão e ansiedade, bem como apresentam, em geral, autoestima mais bem desenvolvida.

É importante destacar que, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (2016), entidade nacional mais antiga de defesa dos direitos da população LGBT, o Brasil é o que mais comete crimes contra pessoas não heterossexuais no mundo. De acordo com relatório divulgado pelo grupo, no ano de 2016 foram registrados 343 assassinatos de pessoas LGBT. Esses homicídios tiveram um mínimo denominador comum: foram motivados simplesmente pelo fato de as vítimas terem uma orientação sexual em desacordo com os padrões socialmente estabelecidos. Isso representa uma morte a cada 25 horas e, desse total, 50% dos crimes acometeram homens homossexuais (Braga, Silva, Santos, Santos, & Silva, 2017). Nesse sentido, não são raros, em nosso país, notícias de crimes e atentados, cometidos inclusive dentro da própria família, contra homossexuais, sobretudo adolescentes e jovens. Levando em consideração o período etário elegido para as discussões no presente estudo, isto é, as adolescências, é fundamental pensarmos na importância de políticas públicas e posicionamentos que preservem e incentivem a expressão das diferenças, tendo em vista o fato de que o respeito ao diverso e à alteridade são os principais fundamentos para a construção de uma sociedade mais justa, equânime e humana.

Considerações finais

Neste estudo propomos designar os(as) adolescentes e jovens que não se enquadram nos padrões heteronormativos como pertencentes a uma coletividade que denominamos de “juventudes diversas”. Argumentamos que tanto o conceito de homossexualidade(s) quanto de adolescência(s) são construções sociais marcadas por balizadores histórico-culturais, diferindo de acordo com as épocas e os contextos culturais. Visto em uma perspectiva histórica, o discurso biomédico contribuiu para a sedimentação de uma visão da adolescência como período do desenvolvimento humano compreendido por um intervalo temporal mais ou menos delimitado entre a infância e a vida adulta. Já no vértice psicológico, a adolescência é compreendida como uma etapa marcada por experimentações no que diz respeito às expressões das sexualidades e dos gêneros.

Os(as) adolescentes e jovens que não se enquadram em um modelo heterocentrado e heterossexista em termos afetivo-sexuais encontram-se em posição de maior vulnerabilidade do que aqueles(as) que se identificam como heterossexuais, em decorrência dos efeitos deletérios dos dispositivos de controle extremamente ativos e coercitivos, como a homofobia e o “armário”. Como pudemos constatar, a partir do exame dos estudos selecionados para a elaboração do presente estudo, no debate contemporâneo a homofobia aparece como um dos fatores responsáveis pelas diferenças observadas, em termos de desenvolvimento psicossocial, entre adolescentes hetero e homossexuais.

Sobretudo os contextos familiar e escolar se apresentam como espaços de reprodução e institucionalização dos preconceitos frente àqueles(as) que não são contemplados(as) pela norma heterossexual, o que representa um fator adicional de vulnerabilidade em uma fase do desenvolvimento já marcada por enfrentamentos específicos e pela tarefa desenvolvimental de consolidar a individuação e conquistar a autonomia relativa dos pais. Na escola, o fenômeno do *bullying* tem sido apontado como o fator responsável pelo incremento dos sentimentos de desvalia nos(as) alunos(as) que se encontram à margem da suposta “normalidade” (Borges, Passamani, Ohlweiler, & Bulsing, 2011; Russell, 2011).

Nesse cenário, o despertar de sentimentos e vivências relacionadas às homossexualidades na adolescência pode ser permeado pela exposição crônica à discriminação social e à homofobia, que potencializam as fragilidades já latentes naqueles(as) que vivenciam essa etapa de transição para a vida adulta. O que fazer, então, diante das adversidades que emergem nesse cenário?

Alinhada ao compromisso social da profissão, a ciência psicológica deve contribuir para a construção de espaços comunitários que promovam a valorização das diferenças como parte inegociável do pacto civilizatório, favorecendo assim a ampliação das possibilidades de ser e existir de todos e todas adolescentes, entendendo a garantia do bem-estar no exercício da sexualidade como parte do patrimônio coletivo de direitos inalienáveis da cidadania. As diferenças, nos mais variados contextos, mas sobretudo nos cenários escolar e familiar, não devem ser colocadas como mais ou menos facilitadoras, como mais ou menos promotoras de desenvolvimento. As diferenças devem ser vistas como positivas, tendo em vista que é, nelas e

somente nelas, que é possível operar a construção da alteridade. É no convívio com as diferenças que se aprende a questionar as próprias certezas, que se contestam as crenças e valores absolutos, o que faz com que sociedade dê um passo adiante na construção do bem-estar coletivo. Em uma sociedade laica vigora o estado democrático de direito, onde acreditamos que vale a pena viver e lutar por um mundo melhor e mais inclusivo.

Nesse contexto, é imperativo assegurar que todos tenham voz e que seus lugares de fala sejam respeitados igualmente, a despeito dos marcados sociais da diferença, como orientação sexual, gênero, raça e situação socioeconômica. Tendo em vista que nós, psicólogos, nos ocupamos daquilo que é humano, o caminho desejável talvez seja não apenas o de tolerar e respeitar as diferenças, mas valorizá-las e incentivar suas expressões, permitindo a ampliação das possibilidades e do direito de ser e existir de todo e qualquer sujeito.

Referências

- Adelman, M. (2000). Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. *Revista Sociologia e Política*, (14), 163-171.
- Braga, I. F., Silva, J. L., Santos, Y. G. S., Santos, M. A., & Silva, M. A. I. (2017). Rede e apoio social para adolescentes e jovens homossexuais no enfrentamento à violência. *Psicologia Clínica*, 29(2), 297-318.
- Borges, Z. N., Passamani, G. R., Ohlweiler, M. I., & Bulsing, M. (2011). Percepção de professoras do ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). *Educar em Revista*, (39), 21-38.
- Borillo, D. (2006). *Homofobia: história crítica de um preconceito* (G. J. F. Teixeira, Trad.). São Paulo: Autêntica.
- Castañeda, M. (2007). *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas* (F. Teixeira-Filho & B. Hervot, Trads.). São Paulo: Girafa.
- Costa, J. F. (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- Connell, R. W. (2005). *Masculinities* (2ª ed.). Berkeley/Los Angeles: University of California Press.

- Fernandes, H., Oliveira, E. M., Ventura, R. N., Horta, A. L. M., & Daspett, C. (2017). Violência e vulnerabilidade ao HIV/Aids em jovens homossexuais e bissexuais. *Acta Paulista de Enfermagem*, 30(4), 390-396.
- Fontenele, L. Q., & Miranda, L. L. (2017). Adolescência(s): produções e atravessamentos discursivos em análise. *Temas em Psicologia*, 25(3), 969-982.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade: a vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque, & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- García, D. C. (2007). Teoria Queer: reflexiones sobre sexo, sexualidad e identidade: hacia una politización de la sexualidad. In D. Córdoba García, J. Sáez, & P. Vidarte (Eds.), *Teoria Queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas* (pp. 21-66). Barcelona-Madrid: EGALES.
- Grupo Gay da Bahia. (2016). Relatório 2016: assassinatos de LGBT no Brasil. Recuperado em 04 out. 2018 de: <https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>.
- Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In R. Novaes & P. Vannuchi (Eds.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 89-114). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Moreira, J. O., Rosário, A. B., & Santos, A. P. (2011). Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico*, 42(4), 457-464.
- Murasaki, A. K., & Galheigo, S. M. (2016). Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, 24(1), 53-68.
- Nardi, H. C. (2013). Relações de gênero e diversidade sexual: compreendendo o contexto sociopolítico contemporâneo. In H. C. Nardi, R. S. Silveira, & P. S. Machado (Orgs.), *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas* (pp. 15-31). Porto Alegre, RS: Sulina.

- Pereira, H., & Leal, I. P. (2005). A identidade (homo)sexual e os seus determinantes: implicações para a saúde. *Análise Psicológica*, 3(23), 315-322.
- Pinheiro, A. A. A. (2006). *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza, CE: Editora da Universidade Federal do Ceará.
- Russell, S. T. (2011). Challenging homofobia in schools: policies and programs for safe school climates. *Educar em Revista*, (39), 123-138.
- Sampaio, J. V., & Germano, I. M. P. (2014). Políticas públicas e crítica *queer*: algumas questões sobre identidade LGBT. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 290-300.
- Sanchez, R. N., & Minayo, M. C. S. V. (2004). Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. In Ministério da Saúde, *Violência faz mal à saúde* (pp. 29-39). Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Savin-Williams, R. (2005). *The new gay teenager*. Cambridge: Harvard University Press.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54.
- Taquette, S. R., & Rodrigues, A. O. (2015). Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 19(55), 1181-1191.
- Taquette, S. R., Rodrigues, A. O., & Bortolotti, L. R. (2015). Infecção pelo HIV em adolescentes do sexo masculino: um estudo qualitativo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(7), 2193-2200.
- Taquette, S. R., Vilhena, M. M., Santos, U. P. P., & Barros, M. M. V. (2005). Relatos de experiência homossexual em adolescentes masculinos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 399-407.

- Tavares, F. H., Souza, I. A., Ferreira, I. E. V., & Bomtempo, T. V. (2010). Apontamentos para o reconhecimento das uniões homossexuais face ao paradigma do estado democrático de direito. *Revista Direito GV*, 6(2), 443-468.
- Teixeira-Filho, F. S., Marretto, C. A. R., Mendes, A. B., & Santos, E. N. (2012). Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 16-33.
- Teixeira-Filho, F. S., & Rondini, C. A. (2012). Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*, 21(3), 651-667.
- Teixeira-Filho, F. S., Rondini, C. A., & Bessa, J. C. (2011). Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. *Educação e Pesquisa*, 37(4), 725-741.
- Toledo, L. G., & Pinaf, T. (2012). A clínica psicológica e o público LGBT. *Psicologia Clínica*, 24(1), 137-163.
- Weinberg, G. (1969). *Society and the healthy homosexual*. New York: St. Martin's Press.